

O padrão de consumo de álcool por população ribeirinha em uma região amazônica do Brasil

Alcohol consumption patterns among riverside populations in an Amazonian region of Brazil

Patrón de consumo de alcohol por población ribereña en una región amazónica de Brasil

Recebido: 02/06/2024 | Revisado: 14/06/2024 | Aceitado: 15/06/2024 | Publicado: 18/06/2024

Ana Júlia Mauri Delli Colli

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5221-5802>
Faculdade São Leopoldo Mandic, Brasil
E-mail: anajulia.mauridc@gmail.com

Vitória Sereno Silva

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9484-6346>
Faculdade São Leopoldo Mandic, Brasil
E-mail: vitoriasereno99@gmail.com

Giovanna Villar dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0720-8920>
Faculdade São Leopoldo Mandic, Brasil
E-mail: giovannavillards@gmail.com

Ana Beatriz Reis Aranha

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2359-5371>
Faculdade São Leopoldo Mandic, Brasil
E-mail: anabeatrizreisaranha@gmail.com

Elizabeth Regina de Melo Cabral

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1903-0993>
Faculdade São Leopoldo Mandic, Brasil
E-mail: belreg@gmail.com

Resumo

O consumo do álcool foi atribuído a diferentes significados e contextos com o passar dos anos. Estudar esse comportamento é importante devido ao impacto que essa substância pode causar em níveis sociais e no desenvolvimento de doenças. Ao direcionar o olhar sobre a população ribeirinha, vê-se uma dificuldade do acesso à educação em saúde, tornando-a vulnerável ao risco do uso abusivo do álcool e outras drogas. Os objetivos deste estudo foram analisar a relação entre a exposição da população ribeirinha do Arquipélago do Bailique ao consumo do álcool e o grau de dependência à substância; e correlacionar o padrão de consumo encontrado com as características sociodemográficas dessa mesma população. Trata-se de um estudo retrospectivo, descritivo realizado com a população ribeirinha do Arquipélago de Bailique (AP) no ano de 2020, ao qual foi aplicado um questionário com variáveis socioeconômicas juntamente com o teste AUDIT - *Alcohol Use Disorders*. Identificou-se que a população mais vulnerável para o uso abusivo são homens, de etnia negra, casados e com filhos. Quando observado as variáveis econômicas, aqueles com menor renda e quantidade menor de anos de estudos apresentam maior risco de vício. A religião mostrou-se como fator protetor do uso abusivo. Apreende-se que o uso nocivo de álcool acarreta prejuízos na esfera de saúde, econômica e social dos indivíduos. Portanto, recomenda-se a educação em saúde para diminuir os riscos do consumo abusivo por essa população vulnerável.

Palavras-chave: Consumo de bebidas alcoólicas; Populações vulneráveis; Mensuração das desigualdades em saúde.

Abstract

Alcohol consumption has been attributed to different meanings and contexts over the years. Studying this behavior is important due to the impact this substance can have on social levels and the development of diseases with significant implications for public health. Focusing on the riverside population reveals difficulties in accessing health education, making them vulnerable to the risk of abusive alcohol and drug use. This study aimed to analyze the relationship between alcohol exposure and dependence among riverside dwellers of the Bailique Archipelago (AP) and to correlate the observed consumption patterns with their sociodemographic characteristics. The study was a retrospective, descriptive survey conducted in 2020, using a questionnaire with socioeconomic variables along with the AUDIT - *Alcohol Use Disorders* test. The results demonstrated that the most vulnerable population for abusive use are men, of black ethnicity, married, and with children. Regarding economic variables, those with lower income and fewer years of education showed a higher risk of addiction. Religion emerged as a protective factor against abusive use.

Ultimately, it is evident that the harmful use of alcohol results in health, economic, and social losses for individuals. Therefore, health education is recommended to reduce the risks of abusive consumption in this vulnerable population.

Keywords: Alcohol drinking; Vulnerable populations; Health inequality monitoring.

Resumen

El consumo de alcohol ha sido atribuido a diferentes significados y contextos a lo largo de los años. Estudiar este comportamiento es importante debido al impacto que esta sustancia puede tener en los niveles sociales y en el desarrollo de enfermedades con importantes implicaciones para la salud pública. Al enfocarse en la población ribereña, se evidencian dificultades en el acceso a la educación en salud, lo que los hace vulnerables al riesgo del consumo abusivo de alcohol y otras drogas. Este estudio analiza la relación entre la exposición de la población ribereña del Archipiélago de Bailique al consumo de alcohol y el grado de dependencia a la sustancia, correlacionando el patrón de consumo con las características sociodemográficas de la población. Se trata de un estudio retrospectivo y descriptivo realizado con la población ribereña del Archipiélago de Bailique (AP) en 2020, utilizando un cuestionario con variables socioeconómicas junto con el test AUDIT - Alcohol Use Disorders. Los resultados demostraron que la población más vulnerable al uso abusivo son hombres, de etnia negra, casados y con hijos. En cuanto a variables económicas, aquellos con menor ingreso y menos años de educación mostraron un mayor riesgo de adicción. La religión surgió como un factor protector contra el uso abusivo. En última instancia, es evidente que el uso nocivo del alcohol resulta en pérdidas de salud, económicas y sociales para los individuos. Por lo tanto, se recomienda la educación en salud para reducir los riesgos del consumo abusivo en esta población vulnerable.

Palabras clave: Consumo de bebidas alcohólicas; Poblaciones vulnerables; Monitoreo de las desigualdades en salud.

1. Introdução

O consumo de bebidas alcoólicas provavelmente teve seu início ainda na época pré-histórica, atrelado ao desenvolvimento da agricultura e da cerâmica e, com o passar dos anos, a sociedade atribuiu diferentes significados a esse consumo (Centro de Informações de Saúde e Álcool – CISA, 2022). O consumo dessa substância é feito em diversos contextos, e conhecê-los é importante, pois, segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), o contexto do consumo de álcool desempenha um papel importante na ocorrência de danos relacionados, particularmente associados aos efeitos da intoxicação alcoólica na saúde e, em raras ocasiões, também à qualidade do álcool consumido (Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS, 2020).

O consumo excessivo de álcool representa uma preocupação para a saúde pública por ser considerado importante fator de risco para o aumento da taxa de mortalidade e de incapacidades (World Health Organization, 2018). No mundo todo, três milhões de mortes por ano resultam do uso nocivo do álcool, representando 5,3% de todas as mortes. Seu uso prejudicial responde por cerca de 5,1% da carga mundial de doenças e lesões. O álcool também é um fator causal em mais de 200 doenças e lesões, estando associado ao risco de desenvolvimento de problemas de saúde, tais como distúrbios mentais e comportamentais, incluindo dependência, doenças não transmissíveis graves, como cirrose hepática, alguns tipos de câncer e doenças cardiovasculares, bem como lesões resultantes de violência e acidentes de trânsito (OPAS, 2020). Além disso, há um ônus social e econômico.

Esse consumo é mundial e não se restringe a uma determinada população. Conhecer a população-alvo, suas vulnerabilidades, bem como os contextos sociais, permite o desenvolvimento de ações em saúde específicas voltadas à redução do impacto de um consumo prejudicial. Quando nos voltamos para populações específicas, analisando o uso de álcool em populações de regiões de rios e mata, devemos nos atentar a novos paradigmas.

O termo "ribeirinho" refere-se àqueles que vivem às margens dos rios e usam como meio de subsistência, principalmente, a pesca, caça e o extrativismo vegetal, e da qual a territorialidade se estabelece a partir dos rios, sendo que estes possuem influência na construção de suas casas e horários de pesca. Portanto, os rios têm, para os ribeirinhos, poder simbólico e de representatividade (Fernandes & Moser, 2021). Essa população é considerada vulnerável devido às suas condições de moradia, precariedades sanitárias, distanciamento entre suas moradas, além dos momentos de angústia que enfrentam quando ocorrem enchentes (Baldissera et al., 2020).

No que se refere à saúde, o acesso restrito aos profissionais e serviços de saúde constitui-se como grande entrave para assistência de qualidade à população ribeirinha em decorrência de o principal meio de transporte ser o fluvial. Segundo Guimarães et al. (2020), mais da metade (54,9%) dos ribeirinhos navegam, em média, 60 quilômetros, com um tempo médio de 4,2 horas para acessar os serviços de saúde. Além disso, um em cada quatro ribeirinhos (22,2%) afirmou tentar agendar uma consulta médica sem êxito, tendo como principais motivos a falta de vagas para o atendimento e de profissionais. A falta de acesso a profissionais qualificados impacta na educação em saúde quanto aos hábitos que poderiam somar maiores vulnerabilidades para essa população, como o consumo abusivo de álcool e outras substâncias, além de inviabilizar o conhecimento de sua fragilidade social e, então, traçar estratégias para melhorar o desenvolvimento socioeconômico, sanitário e de saúde da população ribeirinha (Guimarães et al., 2020).

Diante desse contexto, os objetivos do estudo foram analisar a relação entre a exposição da população ribeirinha do Arquipélago do Bailique ao consumo do álcool e o grau de dependência à substância; e correlacionar o padrão de consumo encontrado com as características sociodemográficas dessa mesma população.

2. Metodologia

2.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo retrospectivo, descritivo, transversal e observacional, que propõe realizar uma análise estatística do perfil de consumo de álcool em uma população no interior da Amazônia no Brasil. Os estudos descritivos observacionais de prevalência abordam a existência de uma dada característica, seja doença, fatores de risco ou de proteção, no momento em que a pesquisa é realizada. Esse tipo de estudo utiliza como medida de frequência o cálculo de prevalência, que depende da amostragem. (Merchán-Hamann & Tauil, 2021). Nos estudos observacionais, não há interferência do pesquisador em fatores que determinam ou condicionam o processo que leva ao agravo ou à doença. São descritivos quando não existe grupo de comparação, ou seja, não é objetivo comparar a exposição do agravo com o desfecho (Rozin, 2020).

2.2 Público alvo

A amostra foi composta por um total de 128 entrevistados selecionados em uma expedição voluntária no interior do Amazonas, no Arquipélago do Bailique, Amapá-AP, no período de fevereiro de 2020. Os participantes eram escolhidos e abordados aleatoriamente enquanto aguardavam serem chamados à consulta médica. O critério de exclusão foi ter idade menor que 18 anos.

2.3 Coleta de dados

Dois instrumentos foram utilizados na coleta de dados. Um continha o *AUDIT-Alcohol Use Disorders* (Moretti-Pires & Corradi-Webster, 2011), uma escala com dez questões, subdivididas em três domínios (a frequência, a dependência e as consequências negativas relacionadas ao consumo de álcool) cuja pontuação encontrada aponta para o risco ou não de possível dependência. O outro era um questionário com variáveis sociodemográficas como idade, sexo, religião, etnia, estado civil, número de filhos, renda familiar, escolaridade e idade do primeiro contato com o álcool. Essas variáveis foram correlacionadas aos resultados encontrados no AUDIT para realizar uma análise estatística do perfil de consumo de álcool a fim de compreender a dinâmica populacional e o impacto no padrão de consumo dessa substância. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e foram respeitados os princípios éticos gerais da Declaração de Helsinque da Associação Médica Mundial.

2.4 Análise dos dados

A análise de dados consistiu na correlação dos dados sociodemográficos (idade, sexo, etnia, estado civil, nível de escolaridade, renda familiar e número de filhos) com a classificação dos entrevistados de acordo com o resultado AUDIT (sem risco, baixo risco, médio risco, alto risco e vício provável). As informações foram digitalizadas em uma planilha do Excel pacote Microsoft Office, versão 10. Utilizou-se para análise dos dados a estatística descritiva, com os dados apresentados em frequência absoluta e relativa para cada variável do questionário aplicado.

3. Resultados

A amostra do estudo foi composta por 128 participantes. Na Tabela 1 apresenta-se o resultado do AUDIT correlacionado com as características sociodemográficas dos entrevistados.

Tabela 1 - Relação do AUDIT com os dados sociodemográficos, Bailique, AP, Brasil, 2020.

Sexo	Total N (%)	Sem risco N (%)	Baixo risco N (%)	Médio risco N (%)	Alto risco N (%)	Vício provável N (%)
Mulheres	90 (70,31)	73 (81,11)	7 (7,77)	7 (7,77)	1 (1,11)	2 (2,22)
Homens	38 (29,68)	25 (65,78)	6 (15,78)	5 (13,15)	2 (5,26)	0
Total	128 (100)	98(76,56)	13(10,15)	12(9,37)	3(2,34)	2 (1,56)
Escolaridade						
1 (anos)	24 (18,75)	20 (91,66)	2 (8,33)	2 (8,33)	0	0
2 (anos)	58 (45,31)	47 (81,03)	5 (8,62)	2 (3,44)	3 (5,17)	1 (1,72)
3 (anos)	29 (22,65)	20 (68,96)	2 (6,89)	6 (20,68)	0	1 (3,44)
4 (anos)	5 (3,90)	3 (60)	2 (40)	0	0	0
5 (anos)	9 (7,03)	6 (66,66)	1 (11,11)	2 (22,22)	0	0
9 (anos)	3 (2,34)	2 (66,66)	1 (33,33)	0	0	0
Total	128 (100)	98 (76,56)	13(10,15)	12(9,37)	3(2,34)	2(1,56)
Estado civil						
Solteiro	65 (50,78)	47(72,30)	7(10,76)	8(12,30)	1(1,53)	2 (3,07)
Casado	27 (21,09)	23 (85,18)	1(3,70)	1(3,70)	2(7,40)	0
Amasiado	31 (24,21)	23 (74,19)	5(16,12)	3(9,67)	0	0
Divorciado	1 (0,78)	1 (100)	0	0	0	0
Viúvo	4 (3,12)	4 (100)	0	0	0	0
Total	128 (100)	98(76,56)	13(10,15)	12(9,37)	3(2,34)	2(1,56)
Religião						
Não declarado	30 (23,43)	20(66,66)	4(13,33)	4(13,33)	1(3,33)	1(3,33)
Católico	65 (50,78)	47(72,30)	7(10,76)	8(12,30)	2(3,07)	1(1,53)
Evangélico	33 (25,78)	31(93,93)	2(6,06)	0	0	0
Total	128 (100)	98(76,56)	13(10,15)	12(9,37)	3(2,34)	2(1,56)

Etnia						
Amarelo	1 (0,78)	1(100)	0	0	0	0
Branco	12 (9,37)	6(50)	2(16,6)	3(25)	1(8,33)	0
Pardo	112 (87,5)	89(79,46)	11(9,82)	8(7,14)	2(1,78)	2(1,78)
Negro	3 (2,34)	2(66,66)	0	1(33,33)	0	0
Total	128 (100)	98(76,56)	13(10,15)	12(9,37)	3(2,34)	2(1,56)
Renda (SM)						
1SM	109 (85,15)	86(78,89)	9(8,25)	10(9,17)	2(1,83)	2(1,83)
2SM	15 (11,71)	9(60)	3(20)	2(13,33)	1(6,66)	0
Acima de 3 SM	4 (3,12)	3(75)	1(25)	0	0	0
Total	128 (100)	98(76,56)	13(10,15)	12(9,37)	3(2,34)	2(1,56)
Filhos						
Possui	103 (80,46)	82(79,61)	8(7,76)	8(7,76)	3(2,91)	2 (1,94)
Não Possui	25 (19,53)	16(64)	5(20)	4(16)	0	0
Total	128 (100)	98(76,56)	13(10,15)	12(9,37)	3(2,34)	2 (1,56)

Fonte: Autoria própria.

Ao traçar o perfil sociodemográfico da população ribeirinha entrevistada no período, identificou-se predomínio da etnia parda (87,5%) e do sexo feminino (70,31%). O sexo masculino esteve mais associado ao consumo de álcool independente do risco, segundo o questionário AUDIT, quando comparado ao sexo oposto.

A análise da escolaridade revelou que a maioria da população possuía dois anos de estudo (45,31%), sendo essa mesma parcela da população aquela que se enquadrava tanto na ausência de risco de dependência pelo AUDIT (81,03%) quanto no alto risco (5,17%) e também no vício provável (1,72%). Tanto os ribeirinhos com dois quanto os que tinham três anos de estudo apresentaram padrão de consumo preocupante. Dentre aqueles com dois anos de estudos, 5,17% apresentaram alto risco de dependência. Os ribeirinhos com três anos de estudos, em proporção, foram os mais associados ao vício provável (3,44%). O tempo de estudos de quatro anos ou mais esteve associado a menor consumo preocupante, a saber de médio e alto risco ou vício provável.

A maioria da população declarou-se solteira (50,78%) e com união conjugal 21,09% eram casados e 24,21% amasiados. Quando se tratava de religião, a maioria se declarou católico (50,78%) e evangélico (25,78%). Dentre os evangélicos, 93,93% não apresentou risco para abuso de álcool.

De acordo com a renda, 85,15% da população vivia com um salário mínimo e 11,71% com dois salários mínimos. Além dessas, outra variável de análise foi possuir ou não filhos. Na população do estudo, 80,46% declararam possuir filhos enquanto apenas 19,53% não possuíam. Independente de possuir ou não filhos, a maioria fazia consumo de álcool, mas dentre a população sem filhos não foi identificado nenhum com alto risco de dependência ou com risco provável.

Houve abstenção de 74,21% dos entrevistados em responder sobre o interesse em cessar o consumo de bebidas alcoólicas, seja porque não bebiam ou porque a pergunta causou algum constrangimento. Dentre aqueles que responderam, houve maior prevalência de pessoas que não queriam parar com o consumo (14,06%) quando comparado àquelas que tinham interesse em cessá-lo (11,71%).

No Gráfico 1 observa-se a porcentagem de exposição da população entrevistada ao álcool.

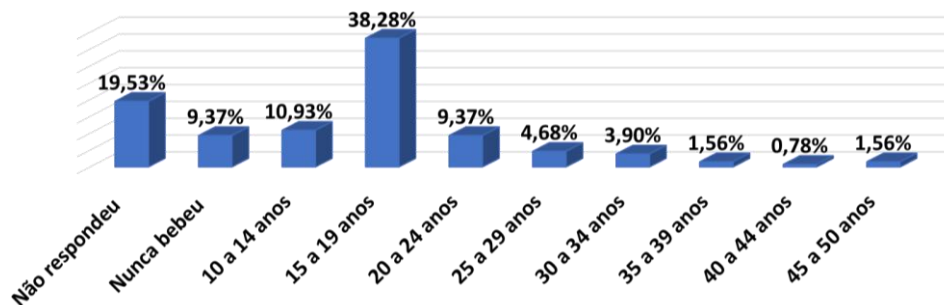
Gráfico 1 – Porcentagem de exposição ao álcool pela população ribeirinha do Arquipélago do Bailique, AP, Brasil.



Fonte: A autoria própria.

Evidenciou-se que mais de 90% da população entrevistada já foi exposta ao álcool, sendo a minoria (7,81%) os não expostos à substância. Outro dado a destacar é a idade em que a população esteve mais propensa a experimentar a substância pela primeira vez. No Gráfico 2 abaixo observa-se a prevalência dessa primeira ingestão de álcool conforme a faixa etária em anos:

Gráfico 2 – Idade em que a população ribeirinha do Arquipélago do Bailique, AP, Brasil fez o primeiro consumo de álcool.



Fonte: A autoria própria.

A faixa etária mais propensa ao primeiro contato com o álcool foram os adolescentes com faixa etária entre 15 e 19 anos, visto que 38,28% da população revelou primeiro contato nessa fase da vida. Vale destacar, ainda, que a maior parcela da população (58,58%) apresentou esse primeiro contato entre os 10 e 24 anos revelando um padrão de exposição ao álcool e nessa faixa etária.

4. Discussão

Ao analisar a relação do consumo de álcool com o gênero, as mulheres entrevistadas do arquipélago de Bailique apresentaram um padrão de consumo de álcool sem risco de abuso até um consumo de médio risco, de acordo com a pontuação no AUDIT, enquanto que o padrão de consumo de alto risco foi maior entre os homens. Padrão similar foi demonstrado no estudo de Silva, et al. (2022), havendo maior prevalência do sexo masculino, no que diz respeito ao consumo abusivo de bebidas alcoólicas para os anos de 2013 e 2019. Para Nogueira et al (2022), a população feminina também apresentou um padrão de consumo de menor risco quando comparado ao sexo masculino. Dados da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção

para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico - VIGITEL - (Ministério da Saúde, 2022), também corroboram com os achados do presente estudo e destacaram o predomínio de consumo abusivo entre o sexo masculino, avaliando, ainda, que o padrão de consumo de 18,4% da população brasileira é de bebedor abusivo.

Quanto ao vício provável, observou-se no presente estudo maior prevalência entre as mulheres, o que vai ao encontro a pesquisa do VIGITEL (Brasil, 2022) evidenciando que o consumo abusivo de bebidas alcoólicas aumentou entre as mulheres, variando de 7,8% em 2006 a 16% em 2020. Como possível razão para esse crescimento, outro estudo mostrou que o consumo de álcool estava associado ao sofrimento mental no universo feminino, sendo que as mulheres com padrão de consumo de álcool na zona IV (possível dependência) teriam mais chances de ter sofrimento mental (Silva Junior & Monteiro, 2020). Diante do crescimento no número de mulheres consumidoras de substâncias psicoativas, sobretudo o álcool, é necessário um novo olhar sobre a assistência à saúde feminina quanto à prevenção dos danos associados ao consumo abusivo do álcool, isso porque embora o padrão de consumo do sexo feminino seja menor, chama a atenção para a maior vulnerabilidade biológica desse sexo em relação ao consumo de álcool, uma vez que são menos tolerantes à substância, dado menor quantidade de água corporal em função da maior quantidade de gordura, associada a menor quantidade de enzimas que catabolizam o álcool e menor média de peso e altura (Silva, et al., 2019). Por conseguinte, as mulheres precisam de menores doses comparadas aos homens para se intoxicar.

Em relação ao provável vício, apenas os pardos (1,78%) apresentaram algum tipo de risco, mas deve-se levar em consideração que a maior parcela da população do estudo se autodeclarou parda (87,5%). De maneira geral, quando avaliou-se o padrão de consumo e raça no presente estudo, a população branca esteve mais suscetível a um consumo de baixo e médio risco enquanto a população negra, foi aquela associada ao alto risco de uso abusivo de álcool. No estudo de Silva, et al. (2022), também foi identificada maior prevalência de consumo abusivo entre as pessoas que referiram raça/cor da pele preta (16,6% em 2013 e 19,6% para 2019) em comparação àqueles que referiram raça/cor da pele branca (12,4% em 2013, e 16,0% em 2019) para ambos os anos de análise do estudo. Uma justificativa para o padrão de consumo abusivo de maior risco encontrado para a população negra, segundo o Centro de informações em Saúde (CISA, 2022), pode-se associar a discriminação racial, entendida como um potencial estressor, que contribui para o surgimento de diversos problemas para a saúde física e mental da população negra. Dado que se ampara aos achados de estudos recentes que sugerem que o preconceito está indiretamente associado ao uso abusivo de álcool por meio de sintomas depressivos (Su et al., 2021).

Outro ponto a se destacar, seria a discriminação econômica que também pode ser comumente vivenciada pela população negra. Resultados de estudos sugerem que esse tipo de discriminação é um grande fator de risco para o início do consumo de álcool entre as jovens negras (Haeny et al., 2019).

A revista *The Lancet*, em seu editorial de 2023, reitera que os danos do álcool incidem desproporcionalmente sobre populações desfavorecidas e vulneráveis (*The Lancet Rheumatology*, 2023). A maioria da população analisada possuía renda baixa, fator de vulnerabilidade dessa população, com 85,15% ganhando até um salário mínimo. Apenas pessoas com renda menor que um salário mínimo apresentaram alto risco para o vício em álcool (1,83%) e vício provável (1,83%), enquanto os de maior renda apresentaram taxas mais altas de baixo (20%) e médio (13,33%) risco de vício. Outro estudo correlaciona o alcoolismo com a presença prévia de vulnerabilidades, tais como desestrutura familiar e desemprego (Naves et al., 2023), que contribuem com maiores chances de essas pessoas tornarem-se alcoolistas quando comparada às pessoas com menos vulnerabilidades, maior rede de apoio e melhor condição financeira.

Quanto ao estado civil, a maior parcela da população do estudo correspondeu àqueles que se autodeclararam “solteiros”, sendo que esse grupo lidera o consumo de médio risco e estão associados ao risco de provável vício, enquanto, os casados se associam ao consumo de alto risco. Segundo análise de Plens et al. (2020), dentre as condições demográficas analisadas, ser solteiro configurou-se como um fator impulsionador ao consumo moderado e alto, associando-se ao risco de

vício da substância, encontrado neste estudo. Outros estudos sobre o consumo prejudicial de álcool e os fatores associados em populações ribeirinhas trazem em análise o estado civil da população relacionando-o ao consumo de, como descrito por Nogueira et al. (2022), sem que seja encontrado um intervalo de confiança estatística de 95%, permitindo-nos inferir que o estado civil não é o principal fator preditivo dos riscos associados ao consumo de álcool nesta população.

Em relação à escolaridade da população em análise, por anos de estudo, houve prevalência de um consumo de alto risco e de vício provável entre os entrevistados com dois e três anos de estudo. Nascimento et al. (2020) afirmam que a escolaridade contribui para reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos em relação ao consumo de bebida alcoólica. Em contraste, Nogueira et al. (2022) encontraram em moradores das comunidades ribeirinhas da Paraíba padrão de consumo de álcool de maior risco associado a mais de oito anos de estudo. Assim, infere-se que os anos de estudos não produz impacto significativo no padrão de consumo dessa população, visto que, para a mesma quantidade de anos de estudos observou-se diferentes padrões de consumo de álcool.

A análise dos resultados desta pesquisa revela a importância da religião no padrão de consumo dos participantes. Os evangélicos demonstraram menor propensão ao vício, com nenhum entrevistado classificado como de risco médio ou alto. Não foi observada uma diferença significativa entre os não religiosos e os católicos declarados. Em revisão de literatura sobre o risco e proteção no uso de drogas (Targino & Hayasida, 2018) identificou-se que os indivíduos com atividades religiosas nas horas de lazer estavam menos propensos ao consumo e vício ao álcool quando comparados com aqueles que frequentavam bares, boates e festas nas atividades de lazer, evidenciando a religião como uma fonte de apoio contra o consumo dessa substância, trazendo a fé ou prática religiosa como um fator protetor ao consumo do álcool.

A maioria dos entrevistados no arquipélago de Bailique (80,46%) tinham filhos. Essa desproporção na variável estudada fez com que a posição de ser pai ou mãe demonstrasse taxas mais altas em todos os padrões de análise segundo o AUDIT, liderando as posições sem risco até alto risco e vício provável quando comparados aqueles que não possuem filhos, o que dificultou uma análise estatística significativa quanto ao fator protetor ou de risco dessa variável. Apesar da dificuldade de análise, observou-se que os entrevistados que não possuíam filhos não apresentaram alto risco ou vício provável comparado aqueles que possuíam filhos.

Nesse contexto, ressalta-se resultados de estudo australiano, que avaliou o consumo de álcool e a paternidade de 4.015 participantes tanto do sexo masculino quanto feminino, e identificou que para a maioria das mulheres ter filhos com menos de 1 ano de idade foi associado à redução do consumo de álcool. No entanto, este efeito protetor diminuiu após 12 meses com níveis de consumo próximos dos níveis anteriores à parentalidade após cinco anos. Também foi visto pouca mudança no consumo de álcool masculino com a transição para a paternidade (Borschmann et al. 2019). Sendo assim, a paternidade pode se configurar como um fator protetor inicialmente para o sexo feminino, provavelmente relacionado a prática de amamentação, porém esse padrão não se sustenta com o crescimento da criança e não implica em alterações para pais do sexo masculino.

Diante da maior prevalência do primeiro contato de álcool na faixa dos 15 aos 19 anos e de incidências dos dez aos 24 anos mostradas no presente estudo, pode-se inferir que a juventude é a parcela mais propensa ao uso da substância, além do contato precoce mesmo a Legislação Brasileira permitindo a compra e consumo apenas após os 18 anos. Estudo realizado com alunos de uma escola em Ribeirão Preto - SP, que discute alguns dados sobre o uso do álcool na adolescência, identificou como razões para o consumo de álcool: estar em grupo de pares, aceitação social, evitar ou modificar emoções negativas e o ambiente no qual estão inseridos. Além disso, o estudo mostrou que a aceitação pela família, que representa 24,8% da oferta da primeira bebida ao jovem, corrobora com o alto índice de consumo por esse grupo (Benincasa et al., 2018).

Embora as razões não tenham sido expressas, a alta abstenção dos participantes em responder ao item sobre seu interesse em parar de ingerir bebidas alcoólicas, pode-se inferir que o conhecimento sobre os efeitos nocivos do álcool poderia alterar o olhar da população sobre tal questionamento.

Em estudo realizado com 250 moradores de comunidades ribeirinhas da Paraíba, a prevalência do consumo prejudicial de álcool, com AUDIT ≥ 8 , foi de 30,4%, já neste estudo foi de 11,1% - correspondente aos consumidores de médio, alto e muito alto risco presentes na tabela 1. Além disso, os ribeirinhos da Paraíba que associavam o consumo de álcool a outras substâncias lícitas e ilícitas tiveram maiores chances de uso prejudicial de álcool (Nogueira et al., 2022). Portanto, conhecendo o impacto socioeconômico e em saúde do uso de álcool, além do risco de associação com outras drogas, há grande valia o desenvolvimento de ações de educação em saúde para a população ribeirinha do Arquipélago do Bailique, a fim de diminuir suas vulnerabilidades.

5. Conclusão

Neste estudo retrospectivo sobre o consumo de álcool e o risco de vício de acordo com o AUDIT em uma população ribeirinha no interior da Amazônia, evidenciou-se que a maior parte da população já teve contato com o álcool ou ainda faz uso mesmo sem riscos de dependência. A população economicamente mais favorecida para o contexto da região apresentou baixo e médio risco de dependência, revelando a renda como um fator perpetuador para o consumo da substância dessa população. Diante do primeiro contato com a substância ocorrer antes dos 19 anos, destaca-se a importância da adoção de estratégias de prevenção à sua exposição na faixa etária mais jovem. Também é importante a promoção de educação em saúde quanto às consequências relacionadas ao uso nocivo a fim de reduzir os impactos negativos do uso de álcool.

Os grupos com maior probabilidade de alto risco para o vício no consumo de álcool foram homens de etnia negra e casados, apesar dos solteiros apresentarem casos de vício provável. O nível de escolaridade não interferiu no padrão de consumo, o que divergiu de outras pesquisas encontradas na literatura que identificaram pessoas com nível maior de escolaridade com maior propensão para o uso abusivo. A religião demonstrou-se como um fator protetor, na qual a parcela evangélica apresentou baixo ou nenhum risco de vício.

O uso nocivo de álcool acarreta prejuízos não somente na esfera de saúde, mas também impacta negativamente a vida econômica e social dos indivíduos. Nesse contexto, é necessário desenvolver medidas de educação em saúde que proporcionem a conscientização da população sobre os efeitos negativos do uso abusivo do álcool em todos os setores da vida individual e coletiva. A finalidade é contribuir com a diminuição do consumo do álcool, principalmente entre os mais jovens, fase da vida em que a maioria é exposta pela primeira vez à substância, com o objetivo de reduzir os impactos socioeconômicos, especialmente em populações vulneráveis, como a ribeirinha no Brasil.

Por fim, visando a melhoria de futuros estudos nessa mesma temática, é recomendado entrevistar um maior grupo amostral, para diminuir vieses, e também aplicar o Teste AUDIT ou outro questionário validado para avaliar o consumo do álcool e o grau de dependência à substância em outras regiões, sejam elas rurais ou em áreas urbanas. Desse modo, será possível comparar o consumo entre diferentes locais e contribuir na identificação dos fatores de risco mais presentes relacionados à exposição e uso abusivo do álcool a depender da localidade, para que assim a Atenção Primária à Saúde possa atuar na redução de danos e agravos para tal população já em situação de vulnerabilidade social.

Referências

- Alves, R. M., Santos, E. G. O., & Barbosa, I. R. (2021). Abuse of alcohol among farmers: Prevalence and associated factors. *PLoS One*, 16(8), e0254904. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0254904>.
- Baldissera, A. C., Pupo, I. H. C. S., Ecker, J. R. M., Nascimento, R. L., & Amthauer, C. (2020). O estilo de vida e as condições de vulnerabilidade da população ribeirinha. *Anuário de Pesquisa e Extensão Unoesc São Miguel do Oeste*. <https://periodicos.unoesc.edu.br/apeusmo/article/view/27061/15979>.
- Benincasa, M., Tavares, A. L., Barbosa, V. M. M., Lajara, M. D. P., Rezende, M. M., Heleno, M. G. V., & Custódio, E. M. (2018). A influência das relações e o uso de álcool por adolescentes. *SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)*, 14(1), 5–11. <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2018.000357>.

Borschmann, R., Becker, D., Spry, E., Youssef, G. J., Olsson, C. A., Hutchinson, D. M., Silins, E., Boden, J. M., Moreno-Betancur, M., Najman, J. M., Degenhardt, L., Mattick, R. P., Romaniuk, H., Horwood, L. J., & Patton, G. C. (2019). Alcohol and parenthood: An integrative analysis of the effects of transition to parenthood in three Australasian cohorts. *Drug and Alcohol Dependence*, 197, 326–334. <https://doi.org/10.1016/j.drugalcdep.2019.02.004>.

Brasil. (2022). *Vigitel Brasil 2006-2021: Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico*. Brasília, DF: Ministério da Saúde. <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2006-2021>.

Brasil. (2018). *Vigitel Brasil 2017: Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Centro de informações sobre Saúde e Álcool - CISA (2022). *Álcool e Discriminação Racial*. [Internet]. CISA. <https://cisa.org.br/sua-saude/informativos/artigo/item/360-alcool-e-discriminacao-racial>.

Ebling, S. B. D., & Silva, M. R. S. (2020). Alcohol consumption among women living in rural contexts. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(suppl 4), e20190612. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0612>.

Fernandes, J. S. N., & Moser, L. (2021). Comunidades tradicionais: A formação socio-histórica na Amazônia e o (Não) lugar das comunidades ribeirinhas. *Revista Katálysis*, 24(3), 532–541. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79717>

Freitas, M. G., Stopa, S. R., & Silva, E. N. (2023). Consumption of alcoholic beverages in Brazil: estimation of prevalence ratios - 2013 and 2019. *Revista de Saúde Pública*, 57(1), 17. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004380>.

Freisthler, B., Wolf, J. P., Hodge, A. I., & Cao, Y. (2020). Alcohol use and harm to children by parents and other adults. *Child Maltreatment*, 25(3), 277–288. <https://doi.org/10.1177/1077559519878514>.

Guimarães, A. F., Barbosa, V. L. M., Silva, M. P., Portugal, J. K. A., Reis, M. H. S., & Gama, A. S. M. (2020). Acesso a serviço de saúde por ribeirinhos de um município no interior do estado do Amazonas, Brasil. *Revista Pan-Amazônica de Saúde*, 11, e202000178. <http://dx.doi.org/10.5123/s2176-6223202000178>.

Haeny, A. M., Sartor, C. E., Arshanapally, S., Ahuja, M., Werner, K. B., & Bucholz, K. K. (2019). The association between racial and socioeconomic discrimination and two stages of alcohol use in blacks. *Drug and alcohol dependence*, 199, 129–135. <https://doi.org/10.1016/j.drugalcdep.2019.02.026>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020). *Pesquisa Nacional de Saúde 2019: informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101748.pdf>.

Merchán-Hamann, E., & Tauli, P. L. (2021). Proposta de classificação dos diferentes tipos de estudos epidemiológicos descritivos. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 30(1), e2018126. <https://doi.org/10.1590/s1679-49742021000100026>.

Moretti-Pires, R. O., & Corradi-Webster, C. M. (2011). Adaptação e validação do Alcohol Use Disorder Identification Test (Audit) para população ribeirinha do interior da Amazônia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(3), 497–509. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000300010>

Nascimento, D. F. B., Mota, G. S., Souza, B. B. S., Porto, P. N., Silva, C. T. O., Pires, C. G. S., & Oliveira, J. F. (2020). Association between sociodemographic factors and alcohol consumption in rural women. *Revista Rene*, 21, e44478. <https://doi.org/10.15253/2175-6783.20202144478>.

Naves, G., Sabatke, G., Souza, J. F., Cruz, R. O., & Lima, I. A. B. (2023). Perfil sociodemográfico, epidemiológico e comportamental dos usuários de álcool no Brasil: uma revisão integrativa da literatura. *Revista Brasileira de Revisão de Saúde*, 6(3), 13450–13465. <https://doi.org/10.34119/bjhrv6n3-394>.

Nogueira, W. P., Caetano, K. A. A., Brandão, G. C. G., Freire, M. E. M., Reis, R. K., & Silva, A. C. O. (2022). Consumo prejudicial de álcool e fatores associados em populações ribeirinhas. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 24, 68602. <https://doi.org/10.5216/ree.v24.68602>.

Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (2020). *Álcool*. <https://www.paho.org/pt/node/4825>.

Plens, J. A., Valente, J. Y., Mari, J. J., Ferrari, G., Sanchez, Z. M., & Rezende, L. F. M. (2022). Patterns of alcohol consumption in Brazilian adults. *Scientific Reports*, 12(1), 8603. <https://doi.org/10.1038/s41598-022-12127-2>.

Raizer, P. B., Fernandes, I. F. D. A. L., Claro, H. G., & Gayard, N. A. (2020). Políticas públicas sobre álcool no Brasil e sua integração com o SUS. *Revista Internacional de Debates da Administração & Públicas*, 5(1), 19–39. <https://periodicos.unifesp.br/index.php/RIDAP/article/view/12168>.

Rozin, L. (2020). Em tempos de covid-19: Um olhar para os estudos epidemiológicos observacionais. Espaço para a Saúde - *Revista de Saúde Pública do Paraná*, 21(1), 6–15. <https://doi.org/10.22421/15177130-2020v21n1p6>.

Silva, M. G. B., Lyra, T. M., & Diniz, G. T. O padrão de consumo de álcool entre as usuárias das Unidades de Saúde da Família no município do Recife (PE). *Saúde em debate*, 43 (122), 836–847. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912214>.

Su, J., Seaton, E. K., Williams, C. D., Spit for Science Working Group, & Dick, D. M. (2021). Racial discrimination, depressive symptoms, ethnic-racial identity, and alcohol use among Black American college students. *Psychology of Addictive Behaviors*, 35(5), 523–535. <https://doi.org/10.1037/adb0000717>.

Silva Junior, F. J. G., & Monteiro, C. F. S. (2020) Alcohol and other drug use, and mental distress in the women's universe. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(1), e20180268. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0268>.

Silva, L. E. S., Helman, B., Silva, D. C. L., Aquino, É. C., Freitas, P. C., Santos, R. O., Brito, V. C. A., Garcia, L. P., & Sardinha, L. M. V. (2022). Prevalência de consumo abusivo de bebidas alcoólicas na população adulta brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde 2013 e 2019. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 31(spe1), e2021379. <https://doi.org/10.1590/ss2237-9622202200003.especial>.

Targino, R., & Hayasida, N. (2018). Risco e proteção no uso de drogas: revisão da literatura. *Psicologia, Saúde & Doença*, 19(3), 724–742. <https://doi.org/10.15309/18psd190320>.

Teixeira, K. S., Santos, D. C. M., Monteiro, E. M. L. M., Brandão Neto, W., Souza, C. F. Q., Souza, V. R. F. P., Arruda, G. A., Lima, A. G. T., & Aquino, J. M. (2022). Prevalência e fatores associados ao consumo de álcool em uma comunidade indígena do nordeste brasileiro. *Enfermagem Brasil*, 21(6), 709-725. <https://convergenceseditorial.com.br/index.php/enfermagembrasil/article/view/5123/8297>.

The Lancet Rheumatology. (2023). Alcohol and health: All, none, or somewhere in-between? *The Lancet Rheumatology*, 5(4), e167. [https://doi.org/10.1016/S2665-9913\(23\)00073-5](https://doi.org/10.1016/S2665-9913(23)00073-5).

World Health Organization. (2018). *Global status report on alcohol and health 2018*. Geneva: WHO. https://www.who.int/substance_abuse/publications/global_alcohol_report/en/